

O que esperar para a agenda de Clima no Brasil em 2024¹

Guilherme Lima²

Victor Anequini³

Desde o anúncio da realização da COP30 no Brasil em 2025, o evento passou a ser visto como um cronômetro a partir do qual diversas ações são planejadas. De fato, essa COP terá uma grande relevância por diferentes motivos, entre os quais podem-se citar o papel do Brasil nessa agenda (buscando retomar o inegável protagonismo nas negociações internacionais) e o local escolhido (Belém, na Amazônia), assim como o fato de 2025 ser um ano definido como marco nas NDCs de diversos países. Contudo, não se pode deixar de lado as ações de curto prazo, até porque o alcance de resultados até a COP de Belém depende da adoção de medidas imediatas.

No âmbito nacional, a elaboração do Plano Clima é tratada como a principal ação para este ano. O trabalho é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e apresentará planos setoriais de mitigação e de adaptação, incluindo a proposta de metas de mitigação por setor. A elaboração do Plano Clima foi definida pelo Comitê Interministerial (CIM), recriado em 2023, que também definiu a atualização da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), a regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e a correção das metas de redução de emissões da NDC brasileira para 2025 e 2030.

Além das ações do MMA, será importante acompanhar as políticas de outros ministérios que têm interseção com essa agenda, como o Plano de Transição Ecológica, do Ministério da Fazenda, o Programa de Aceleração do Crescimento, da Casa Civil, e o recém-publicado Plano de Ação para a Neointustrialização, do MDIC.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/esg/artigo/o-que-esperar-para-a-agenda-de-clima-no-brasil-e-m-2024.ghtml>

Acessado em 08.02.2024

² Gerente de projetos no Centro Brasil no Clima (CBC)

³ Gerente de advocacy no Centro Brasil no Clima (CBC)

No primeiro caso (Plano de Transição Ecológica), o próprio nome da política já indica a sua relação com a agenda de sustentabilidade e gerou grandes expectativas. O plano possui seis eixos e aborda temas como o mercado regulado de carbono, taxonomia sustentável, bioeconomia, transição energética e economia circular. Ou seja, o plano tem potencial para contribuir de maneira significativa para a ambição climática do país e há expectativas em relação ao seu avanço.

O novo PAC, por outro lado, ressuscita a política desenvolvimentista dos mandatos anteriores do presidente Lula, mas sem se atualizar no que se refere à sustentabilidade. Neste caso, o esforço deverá ser no sentido de alinhar as ações do programa às exigências impostas pela emergência climática, buscando priorizar aquelas que contribuem para a mitigação das emissões e para a adaptação às mudanças climáticas.

Já a agenda do MDIC, que até o início deste ano era a que tinha menos detalhes, deverá ser acompanhada para compreender em que medida ela está alinhada com a ambição climática do Brasil, ou se estará baseada nos mesmos modelos do passado.

Além das ações do governo federal, devemos também acompanhar com atenção os movimentos dos governos subnacionais, em especial dos Estados. A ação climática em nível subnacional ganhou maior relevância nos últimos anos com a inação, ou mais do que isso, o negacionismo do ex-presidente Jair Bolsonaro nessa agenda. Diante desse cenário, os estados se organizaram, buscaram recursos, assumiram compromissos e implementaram ações para manter viva a ambição climática do país. Um exemplo desse movimento foi a iniciativa Governadores pelo Clima (GPC), que promoveu o engajamento dos governos estaduais na agenda de clima, inclusive com participação ativa dos governadores nas últimas COPs. Para o ano que se inicia, a grande expectativa gira em torno do Consórcio Brasil Verde, atualmente composto por 15 estados. A instituição recém-criada deverá apoiar os estados na identificação e acesso a financiamento climático - nacional e internacional - para investimentos em projetos de mitigação e adaptação.

Com relação ao setor privado, é mais difícil ter expectativas claras diante das realidades diversas dos setores da economia. Por um lado, o setor agropecuário teve em 2023 resultados positivos e contribuiu para um crescimento do PIB acima do esperado. Esse resultado pode, perigosamente, fazer com que os agentes do setor se esqueçam que este é um dos mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas, que deverão ser cada vez mais severos. Por outro lado, a indústria nacional ainda patina e precisa de estímulos mais intensos para sua recuperação. Tal contexto pode fazer com que se deixem de lado as metas climáticas em prol do crescimento do PIB, baseando-se na velha dicotomia entre crescimento econômico e proteção ambiental.

Entretanto, o que se pode esperar para o setor privado daqui para a frente é que as pressões para adotar práticas mais sustentáveis e reduzir suas pegadas de carbono serão cada vez maiores, tanto devido à demanda dos consumidores quanto às regulamentações emergentes.

A implementação do mercado regulado de carbono determinará limites de emissões para os setores que mais emitem GEE (embora, a princípio, o setor agropecuário esteja de fora) e fará com que as empresas precisem se ajustar. A pressão também virá do setor financeiro (e também para ele), com a demanda crescente pela adoção de critérios sustentáveis para a concessão de crédito (um exemplo é a agenda de taxonomia verde).

Por fim, cabe destacar o papel que a sociedade civil na agenda de clima. Assim como os governos estaduais, a sociedade civil e suas diversas organizações foram fundamentais para manter viva a agenda nos últimos anos. Agora essas organizações poderão ter um papel maior na tomada de decisão junto ao governo. Um dos canais para exercer esse papel é através do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), que está sendo retomado como um espaço relevante de discussão da agenda de clima e de diálogo da sociedade com o governo. Após meses de reorganização, o FBMC prepara para 2024 a retomada das Câmaras Temáticas para discussão de diversos temas entre os seus membros e a reestruturação de seus canais de comunicação.

As expectativas para estes quase dois anos que precedem a COP30 no Brasil são bastante elevadas de todos os lados, e há movimentações em diversas frentes buscando alcançar resultados até lá. Contudo, não faltam ditados populares para nos lembrar que se deve dar um passo de cada vez, e que as ações no curto prazo são determinantes para o que poderemos apresentar lá na frente.